

ASSEMBLÉIA DOS POVOS INDÍGENAS
Documento Final
DEFININDO NOSSOS DIREITOS

Um ano após os acontecimentos de abril de 2000, quando realizamos a nossa Marcha e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas, reunimo-nos novamente, *176 pessoas, de 77 povos indígenas, de 21 Estados do Brasil*. Este encontro teve como objetivos *realizar uma avaliação* dos avanços e dificuldades do movimento indígena neste último ano e *construir um consenso* em torno das nossas propostas para um novo Estatuto dos Povos Indígenas.

Esta Assembléia dos Povos Indígenas ocorre dentro do marco das nossas lutas deste último ano, quando buscamos encaminhar as reivindicações e propostas expostas no Documento Final da Conferência Indígena de Coroa Vermelha, BA.

Muito conquistamos neste último ano, muito falta para conquistar. Podemos destacar, entre os avanços principais do movimento indígena recente as retomadas de territórios ainda invadidos e a emergência das lutas pelo reconhecimento étnico-cultural e territorial por povos antes tidos como extintos. Destacamos, ainda, os avanços conquistados por organizações indígenas locais e regionais, que, fortalecidas pela presença cada vez maior de jovens lideranças, passaram a tomar iniciativas no sentido da melhoria das condições de vida dos povos e comunidades indígenas e a formular propostas para as políticas públicas – saúde e educação, por exemplo – que dizem respeito à vida das comunidades.

Podemos destacar, entre as principais dificuldades que o nosso movimento enfrenta, até os dias de hoje, a do não atendimento, por parte do governo federal, das nossas reivindicações e a da falta de busca, por parte do Congresso Nacional, do diálogo com os povos indígenas e nossas organizações de base. Destacamos, ainda, a agressão que sofremos em nossos territórios quando neles são instaladas bases militares, como é o caso da aldeia Uiramutã, na área indígena Raposa/Serra do Sol. É inadmissível a instalação de bases militares em terra indígena.

Estas dificuldades tornaram-se, para nós, desafios centrais a serem enfrentados, na perspectiva de sua superação. A realização desta Assembléia é também um esforço de nossas comunidades, povos e organizações na busca do enfrentamento destes desafios.

É dentro deste contexto que buscamos, nesta Assembléia, continuar o processo de construção coletiva da nossa proposta de Estatuto dos Povos Indígenas, cujos projetos de lei encontram-se em tramitação na Câmara dos Deputados desde 1991.

Também desde este ano, comunidades, povos e organizações indígenas de todo o país vêm se reunindo, elaborando, sistematizando propostas e, seguidas vezes, encaminhando-as à Câmara dos Deputados. Em 1992 realizamos, em Brasília, uma grande mobilização, com 350 lideranças, de 101 povos e 55 organizações indígenas ao final da qual entregamos ao Congresso Nacional nossas principais propostas com relação ao Estatuto. Desde então, continuamos a debater e a aperfeiçoar nossas propostas e a encaminhá-las ao debate parlamentar. Não sentimos, no entanto, até

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data _____/_____/____
Cod. 63000099

ASSEMBLÉIA DOS POVOS INDÍGENAS ***Documento Final***

hoje, receptividade, por parte dos congressistas, às nossas propostas nem respeito a este nosso imenso esforço coletivo.

O texto que ora entregamos ao Congresso Nacional é, uma vez mais, fruto desta nossa disposição e exemplo concreto da nossa capacidade de participarmos com qualidade, responsabilidade e dignidade, das decisões políticas que dizem respeito ao nosso futuro como povos indígenas neste país.

Aqui, estão sistematizadas e organizadas, na forma de projeto de lei, as contribuições do conjunto dos povos indígenas do Brasil, ao Estatuto dos Povos Indígenas. Nossas propostas guardam perfeita coerência com a nossa Constituição Federal, que buscamos regulamentar.

O projeto de lei elaborado pelo governo federal (Proposta Substitutiva do Deputado Luciano Pizzatto ao Projeto de Lei n.º 2.057/91), que ora apresenta-se como referência no debate na Câmara dos Deputados constitui-se, para nós povos indígenas, numa grave ameaça aos nossos territórios, às nossas culturas, à nossa integridade e ao nosso futuro enquanto povos diferenciados.

Trata-se de um projeto de lei que sistematiza todos os interesses do grande capital, nacional e internacional, sobre as nossas terras, nossos rios, nossas florestas, nossos conhecimentos milenares, sobre as riquezas do solo e do subsolo dos nossos territórios.

A nossa proposta, aqui apresentada, pelo contrário, é a expressão da imensa diversidade étnica em nosso país e da determinação de sermos sujeitos da nossa História, povos indígenas livres numa terra livre.

Por fim, exigimos, dos senhores congressistas e da sociedade brasileira, que esta proposta seja ouvida de acordo com os princípios democráticos que regem a Constituição Federal e os direitos indígenas, pois nos afirmamos com base em direitos históricos e sociais que devem ser inalienáveis.

Brasília, 19 de abril de 2001.

**4º Aniversário do assassinato de
Galdino Jesus dos Santos, índio Pataxó Hã-Hã-Hãe**

ASSEMBLÉIA DOS POVOS INDÍGENAS